

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O ECODESENVOLVIMENTO

Florisvaldo Cavalcanti dos **Santos**^{1*}, Sérgio Luiz Malta de **Azevedo**², Maria do Socorro Pereira de **Almeida**³, Anna Christina Freire **Barbosa**⁴

¹Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH - Universidade do Estado da Bahia - UNEB/BA).

²Professor do programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental PPGEcoh da Universidade do Estado da Bahia e do Mestrado Profissional em Geografia DA UFCG - PROFGEO.

³Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia humana e gestão socioambiental PPGEcoh/UNEB, campus Juazeiro. Integrante do NDE e CCD de Letras da UAST.

⁴Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT); Professora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socio Ambiental (PPGEcoh).

*Autor para correspondência E-mail: valtofacape@hotmail.com

Recebido: 14.03.2023 Aceito: 06.10.2023

RESUMO: O estudo aborda os impactos negativos à natureza causados pelo crescimento econômico exacerbado e como a educação ambiental pode entrar como agente minimizador de prejuízos causados ao meio ambiente natural. Nesta pesquisa, se viu a educação ambiental como o pilar transformador para uma nova conscientização das pessoas, no sentido de diminuir a ânsia pelo consumismo exagerado na perspectiva econômica. Desta forma, foi feita uma pesquisa de revisão da literatura sobre o tema em acervos bibliográficos, utilizando o *Google Acadêmico* e *Scielo*, de forma atemporal. Logo, o trabalho se caracteriza como qualitativo e, como método de abordagem, foi utilizado o fenomenológico-hermenêutico. Quanto aos resultados obtidos, houve um consenso entre os autores que realmente a educação ambiental é promissora para mudanças na relação entre humano e natureza, uma vez que contribui para a conscientização coletiva e uma nova visão sobre as empresas, como a participação pública e privada, em cuidar da biodiversidade, e assim, trazer um ambiente harmonioso entre as partes. Portanto, considera-se essencial o uso da educação ambiental como meio para minimizar as ações antropocêntricas que sejam nocivas ao meio ambiente e, desta forma, promover ações de preservação por parte da sociedade com o propósito de atingir o equilíbrio, harmonia e uma vida ecologicamente sustentável para as gerações vindouras.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Educação para economia justa; Desenvolvimento e crescimento econômico.

ENVIRONMENTAL EDUCATION FOR ECO-DEVELOPMENT

ABSTRACT: This study is about the negative effects caused by the exaggerated

economical growth and how education can be used as an agent to minimize the damages caused to the natural environment. In this study, environmental education is considered as a pillar which will become into a new awareness to people in terms of reducing the anxiety for the exaggerated consumerism under an economical perspective. In this way, a literature review research on the subject was carried out in bibliographic collections, using Google Scholar and Scielo, in a timeless way. Therefore, the work is characterized as qualitative and, as a method of approach, the phenomenological-hermeneutic method was used. Regarding the achieved results, there is a common sense among the authors say in the environmental education is promising to changes in relation to the human and to the nature, once it contributes to collective awareness for a new vision on companies, such as public and private participation to take care of the biodiversity and this way provide ah harmonious environment among the parts. Therefore, environmental education is considered as essential as a way to minimize anthropocentric actions that can be harmful to the environment and, as well as to motivate preservation actions by the society to achieve balance, harmony and an ecologically sustainable life to the future generations.

Keywords: Sustainable Development; Education for fair economy; Development and economic growth.

EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA EL ECODESARROLLO

RESUMEN: El estudio aborda los impactos negativos sobre la naturaleza causados por el crecimiento económico exacerbado y cómo la educación ambiental puede actuar como agente minimizador de los daños causados al medio natural. En esta investigación, la educación ambiental fue vista como el pilar transformador para una nueva conciencia de las personas, en el sentido de reducir el deseo de consumismo exagerado desde una perspectiva económica. De esta forma, se realizó una investigación de revisión bibliográfica sobre el tema en acervos bibliográficos, utilizando Google Scholar y Scielo, de manera atemporal. Por lo tanto, el trabajo se caracteriza como cualitativo y, como método de abordaje, se utilizó el método fenomenológico-hermenéutico. En cuanto a los resultados obtenidos, hubo consenso entre los autores de que la educación ambiental realmente es prometedora para cambios en la relación entre el ser humano y la naturaleza, ya que contribuye a la conciencia colectiva y una nueva visión sobre las empresas, como la participación pública y privada, en cuidando la biodiversidad, y por ende, propiciando un ambiente armonioso entre las partes. Por ello, se considera fundamental utilizar la educación ambiental como medio para minimizar las acciones antropocéntricas nocivas para el medio ambiente y, de esta forma, promover acciones de preservación por parte de la sociedad con el fin de lograr el equilibrio, la armonía y una vida ecológicamente sostenible para las generaciones futuras.

Palabras clave: Desarrollo sustentable; Educación para una economía justa; Desarrollo económico y crecimiento.

INTRODUÇÃO

Os impactos ambientais causados pelo ser humano já não são novidades, ainda mais quando estão envolvidas questões econômicas exploratórias associadas à ganância financeira em busca incessante da riqueza. Situações neste sentido agravam os danos e prejudicam o meio ambiente, o que nos leva a inferir que a educação ambiental se torna a grande atenuadora e transformadora desta conjuntura, emancipando o indivíduo para uma jornada da reflexão e conscientização dos processos do ecodesenvolvimento. Para Gomes (2015), o enfoque de ensino e aprendizagem relevando a experiência nestes termos desempenha papel central no que chama-se educação para o ecodesenvolvimento territorial. Sendo assim:

Com uma população mundial de mais de 7 bilhões de pessoas e recursos naturais limitados, nós, como indivíduos e sociedades, precisamos aprender a viver juntos de forma sustentável. Precisamos agir de forma responsável com base no entendimento de que o que fazemos hoje pode ter implicações futuras para a vida das pessoas e para o planeta. A educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) contribui para mudar a forma como as pessoas pensam e agem para alcançarmos um futuro sustentável. A EDS significa incluir questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem (UNESCO, s.d.).

Observando os impactos negativos causados pelo modelo econômico atual no mercado mundial, este nos parece inadequado, o que nos leva a pensar sobre qual seria o modelo ideal para que seja freado o consumismo incessante, e assim, permitir tempo suficiente para a natureza se restabelecer. Nesta linha de pensamento, Fagundes (2019, p.2) diz que:

É sabido que os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos de cima para baixo com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Os planos de desenvolvimento tradicionalmente se centravam na aceleração do crescimento econômico.

Segundo Barreto (2018), a má distribuição do acesso aos recursos ditos naturais e à escassez destes, é notoriamente provocada, primeiramente, por pressões econômicas e, em segundo lugar, por questões educacionais, o que nos conduz a repensar os conceitos e metodologias aplicadas na Educação Ambiental, bem como sua

evolução e o seu contexto atual. Nesse mesmo sentido, Corrêa (2018) comenta que o ecodesenvolvimento ainda não é uma expressão da realidade material coletiva sentida, vivida, ensinada e aprendida em nosso cotidiano imediato, mesmo já fazendo parte da linguagem em textos oficiais e políticas empresariais.

No cotidiano, nos meios de comunicação, em organizações públicas e privadas e nas instituições de educação, é possível encontrar difusão e, possivelmente, confusão nas interpretações sobre educação ambiental, desenvolvimento sustentável e educação para o desenvolvimento sustentável, o que pode ser objeto de dissonância em ações e propostas, não só de educadores ambientais, mas também dos diversos atores da sociedade em geral (Corrêa, 2018, p. 93).

Esse contexto preocupante, nos leva a questionar: a educação ambiental pode contribuir para um desenvolvimento econômico ecologicamente correto? Portanto, esta pesquisa traz uma reflexão crítica acerca da educação ambiental, seus avanços e inovações metodológicas cujo intuito é minimizar os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento econômico desequilibrado. Assim, para responder a esta indagação, o presente estudo tem como objetivo principal refletir se a educação ambiental pode contribuir para o desenvolvimento econômico ecologicamente correto.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

De acordo com Freitas (2005), estamos assistindo ao uso dos recursos naturais de forma insustentável, entre outros aspectos, ao progressivo esgotamento dos recursos, a dificuldades em gerir os resíduos, a profundas e desadequadas alterações climáticas e à drástica redução da biodiversidade, a que se associam, no que toca ao componente ambiental humano, a degradação do património histórico, a perda de diversidade cultural, a degradação de certas componentes da qualidade de vida, dentre outros.

Para Capra (2003), o abismo entre ricos e pobres aumentou significativamente, tanto a nível internacional quanto dentro de cada país. Isso nos levar a acreditar que o sistema de mercado global possui falhas que precisam ser reparadas, pois tem gerado uma diversificação econômico-social, e, na tentativa de minimizar tais circunstâncias, deve-se construir uma educação voltada para o desenvolvimento econômico pautada na conservação do ambiente natural.

Concepção de Ecodesenvolvimento

Ao longo dos tempos e no olhar de cientistas e pesquisadores, os problemas ambientais se tornaram mais visíveis e preocupantes, provocados por diversos aspectos, em especial pelo avanço da economia. Como resposta técnica a essas ocorrências, foi criado o termo ecodesenvolvimento.

Para Montibeller Filho (1993), o conceito de ecodesenvolvimento foi inserido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo, e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974. O autor ainda observa que há uma posição ética fundamental: o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais abrangentes, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, e o cuidado com a preservação ambiental como uma responsabilidade para com as gerações que sucederão.

Neste contexto, é importante ressaltar que o ecodesenvolvimento tem entendimento semelhante ao desenvolvimento sustentável, pois ambos podem se ajustar à realidade e circunstâncias a que se pretende empregá-los. Também se torna necessário esclarecer que desenvolvimento econômico difere de crescimento econômico, apesar dos termos serem parecidos e, portanto, podem trazer alguma distorção conceitual ou de ação. Nesse aspecto, Lopes enfatiza que:

Em relação às discussões sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e ecodesenvolvimento, observou-se que todos possuem uma semelhança relevante, podendo ser, na maioria dos casos, utilizados como sinônimos. Dentre essa diferenciação de conceitos, o mais importante é ressaltar que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Para que haja o desenvolvimento de uma sociedade deve-se conciliar o crescimento da sua economia com o atendimento das necessidades humanas e o respeito aos limites de suporte dos ecossistemas (Lopes, 2017, p. 12).

Segundo Gomes *et. al.* (2015), desde 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - marco na discussão ambiental em nível internacional, começa-se a entender que não há verdadeiro desenvolvimento caso haja deterioração do meio ambiente. Anteriormente o desenvolvimento e meio ambiente eram vistos como questões separadas. Para Sachs (2007), o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada “ecoregião”, insiste na busca por soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas em longo prazo.

A partir dessa configuração, Sachs elabora as cinco dimensões do ecodesenvolvimento: (1) Dimensão Social – busca a redução das desigualdades e melhorar substancialmente os direitos e as condições da massa da população; (2) econômica – tem como objetivo um aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa; (3) ecológica, defende a melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para próximas gerações; (4) espacial – voltada para uma configuração mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; e (5) cultural – procura evitar conflitos culturais com o potencial regressivo (Sachs, 1993, *apud* Gomes, 2015, p. 4).

Contudo, também é interessante frisar que em tempos passados e não muito distantes, o homem era considerado o centro das atenções como um ser de extrema importância e tudo girava ao seu redor, e assim tinha total liberdade de explorar a natureza como lhe conviesse.

Outro questionamento é quanto ao antropocentrismo vigorante nas escolas econômicas, fazendo com que o homem seja o centro e a única referência. Isto faz com que a Natureza seja encarada como simples meio de produção, gerador de riqueza para o Homem. Sua utilização - em forma e intensidade - fica subordinada aos interesses econômicos. E a ciência econômica fundamentando - se no cálculo econômico, isto é, nos valores de troca, esquece os valores de uso (Comeliau; Sachs, 1988 *apud* Montibeller Filho, 1993, p. 131-132).

Esta visão retrógrada e egocêntrica pressupõe enxergar o meio ambiente natural apenas como recurso necessário condicionante à geração de riquezas, ficando à mercê dos interesses econômicos e financeiros. É preciso que esta conjuntura seja modificada, pois é no mínimo sensato que devemos criar tecnologias favoráveis ao desenvolvimento sustentável, intimamente ligado com a educação ambiental para toda sociedade. Contrário a este olhar, e dentro dos contextos anteriormente explicitados, pode-se inferir que o ecodesenvolvimento é a oposição do desenvolvimento da economia a qualquer custo, uma vez que são procedimentos diversos aplicados para o desenvolvimento econômico de uma região, em que empresas e cidadãos devem respeitar e conservar os recursos naturais, mantendo um equilíbrio entre humano e a natureza, e, assim, proporcionar uma vida conjunta de forma justa e harmoniosa para as gerações atuais e futuras.

Nesse contexto, é prudente que as empresas não foquem apenas no seu crescimento incessante e ilimitado à luz da exploração da natureza, comprometendo o equilíbrio ecológico. Na concepção de Gomes *et al* (2015), é necessário buscar uma

forma de desenvolvimento sob os moldes da sustentabilidade, pois para ele não há saída, tampouco verdadeiro desenvolvimento caso haja deterioração do meio ambiente. Neste cenário, pensemos quanto o consumismo exagerado degrada o ecossistema entalando de forma crítica a capacidade de regeneração da natureza. Segundo (Meadows *et al*, 1973, *apud* Santos *et. al.*, 2018, p. 77), “tudo mantido constante, restaria, ao fim, a insegurança alimentar, o esgotamento dos recursos naturais e o caos”.

Diante do explanado, inferimos que a relação entre o homem e a natureza se encontra em uma verdadeira desordem, em virtude de diversos fatores, mas especificamente pela ganância econômica, expansão de riquezas e egocentrismo, o que nos leva a presumir que a melhor saída a longo prazo e mais contundente é a educação ambiental.

Educação Ambiental para o Ecodesenvolvimento

Por meio do ensino-aprendizagem, a educação permeia e transforma a sociedade, muda a realidade das pessoas, exponencia e desenvolve a capacidade intelectual, melhora as interpretações das informações, das análises críticas, do aumento da capacidade de se relacionar, eleva as habilidades e competências do cidadão e constrói diversos outros aspectos positivos, o que nos leva a acreditar que pode trazer uma satisfação pessoal e/ou profissional. Neste sentido, além da família, a escola tem um papel fundamental na educação do ser humano, além da formação de comportamentos e valores. Para tanto, ela deveria se preocupar constantemente com a inserção de novas metodologias de ensino, novos instrumentos de mensuração do aprendizado e ideias que surgem com o passar do tempo, sempre na tentativa de buscar a excelência no ensino/aprendizado.

De acordo com (Vieira, 2002; Von Dentz, 2008 *apud* Santos *et. al.*, 2018), a discussão atual debruça-se sobre as transformações na maneira de se compreender, de se pensar e de se lidar com instituições, estratégias e situações-problema concretas que envolvem o processo educativo e de formação dos seres. Ainda, segundo estes autores, estas elocubrações, portanto, refletem de maneira nítida que a presença da epistemologia da educação e da ética tem sido relevante para o enfrentamento de conflitos filosóficos e científicos da educação. Sendo assim:

Situações-problema como: a relação teoria-prática e sujeito-objeto na produção do conhecimento; a relação educador-educando no processo de ensino-aprendizagem; a demarcação ou não de campos específicos que a educação deve abordar; a questão da cientificidade ou não da educação e da pedagogia como ciência da educação; a questão do sentido da educação no contexto da existência humana; o enfoque da educação frente aos problemas socioambientais; a questão dos fundamentos dos saberes e teorias educacionais e pedagógicas; a questão ideológica que envolve a produção do saber, entre outros (Vieira, 2002; Von Dentz, 2008 *apud* Santos *et. al.*, 2018, p. 79).

Na Conferência Internacional ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro-Brasil, percebeu-se que o atual modelo de desenvolvimento econômico é preocupante, já que ocasiona inúmeros problemas ambientais, e, sendo assim, a educação na perspectiva socioambiental foi reconhecida por quase 200 países.

[...] de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconheceu o papel central da educação para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, o que requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário (BRASIL, 1997, p. 22).

Nesse contexto, fazendo uma analogia, percebemos que o ecodesenvolvimento só será de fato aplicado de forma exitosa se todas as pessoas, envolvidas direta ou indiretamente no processo, tiverem a consciência e educação ambiental adequada para tal, uma vez que os próprios “ecodesenvolvimentistas” acreditam que a responsabilização da preservação da natureza pertence a todos. Para Jacomel *et al* (2016), dotar, a partir do ecodesenvolvimento, a cultura básica de ensino com uma visão razoável e equilibrada sobre as múltiplas facetas da temática ecológica é essencial. Diz ainda que a partir da possibilidade de uma experimentação criativa, em que os processos de ensinar e aprender ganham novas e transformadoras formas permanentemente, a participação ativa é gratificante. Segundo Santos e Souza:

Assim, ao envolver crianças, professores e comunidade escolar para refletirem sobre aspectos da realidade local, há verdadeira promoção do ecodesenvolvimento. Isto porque, a priori, as transformações precisam iniciar localmente, mediante ações realizadas em conjunto, unindo diferentes saberes, para que assim se possa criar a noção de pertencimento. A partir disso, imbuídos de novos valores, a formulação de planos de ação verdadeiramente desenvolvimentistas, envolvendo a todos, desde a sociedade civil, perpassando pela extensão universitária até o empresariado e o poder estatal, tende a se tornar constante e mais eficiente (Santos *et. al.*, 2018, p. 86).

Assim, a epistemologia nas escolas para a educação socioambiental em sua transversalidade voltada para o ecodesenvolvimento, potencializa a negação da degradação do meio ambiente dentro de um cenário de desenvolvimento econômico ecologicamente correto.

Trata-se de uma proposta moderna e abrangente, voltada para uma formação humana socioecológica que valoriza: a satisfação das necessidades básicas das pessoas; o desenvolvimento humano; a preocupação solidária com as futuras gerações e para com aqueles que hoje são marginalizados; as idiosincrasias e capacidades locais; a redução dos impactos negativos sobre o meio físico-natural, oriundos das atividades humanas; os meios alternativos de produção de energia e transporte coletivo e o uso racional de recursos naturais renováveis e não renováveis (Sachs, 1993; Sachs, 2007 *apud* Santos *et. al.*, 2018, p. 80).

Considerando que se vive em um sistema socioambiental que é alterado pelo sistema sociocultural, a educação ambiental para o ecodesenvolvimento torna-se fundamental na formação de uma população crítica, autônoma e independente (Gomes, 2015). “Neste âmbito, emerge a Educação para o Ecodesenvolvimento, que visa a participação comunitária na construção de uma visão de mundo, de integração interdisciplinar das aprendizagens, com inclusão e uma reflexão ética, democrática e criativa” (Vieira & Ribeiro, 1999 *apud* Gomes, 2015, p. 5). Nesse sentido, Barreto reitera que:

[...] no entanto, apesar dos dados mostrarem um incremento da educação ambiental na práxis pedagógica, devemos analisar criticamente se a forma de abordagem educativa é adequada a uma verdadeira formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos (Barreto, 2018, p.2).

Neste sentido, a educação ambiental mostra ser essencialmente importante para mitigar os prejuízos que o homem tem causado à natureza e suscitar ações norteadoras fundamentais e imprescindíveis para a existência de um desenvolvimento econômico harmonioso e justo para a sociedade e o ecossistema.

METODOLOGIA

Este estudo teve como fonte de investigações o acervo bibliográfico localizado

na *Scielo* e *Google Acadêmico*, o que o torna caracterizado como revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, desenvolvida a partir do método de abordagem fenomenológico-hermenêutico.

Segundo Barral (2007, p. 60),

Uma parte sempre exigida do projeto, e nem sempre compreendida, é a denominada revisão bibliográfica. Esse item não deve ser uma lista pasmaceira de autores e livros que abordaram o tema, mas sim a descrição do estado-da-arte, ou seja, do conhecimento atual sobre o problema.

De acordo com Minayo (2008), na pesquisa qualitativa, o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2008, p.57).

A fenomenologia-hermenêutica tem possibilitado compreender os significados que o ser humano atribui à sua existência no mundo da vida e, por meio de sua linguagem, em discursos, chegar à compreensão de suas ações. De acordo com Marques (2020), o interesse da análise fenomenológica hermenêutica não está na estrutura do fenômeno, mas em como o fenômeno é interpretado, a interpretação é o objeto do estudo. Para Gil (2010), o método fenomenológico se preocupa com a descrição direta da experiência como ela é, sendo que a realidade é construída socialmente e entendida da forma que é interpretada, não se colocando como única, podendo existir tantas quantas forem suas interpretações.

Esta revisão bibliográfica priorizou estudos de periódicos, fazendo uma relação do ecodesenvolvimento com a educação ambiental, na visão de diversos autores. Como busca, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: ecodesenvolvimento, educação para o ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e educação para o desenvolvimento sustentável. Esta revisão foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a UNESCO (2005) a educação para o desenvolvimento sustentável visa uma educação de qualidade, incrementada por ensinamento de valores, comportamentos e estilos de vida que proporcionem uma transformação social positiva e sustentável. Esta educação ambiental propõe incorporar o homem à natureza, transformar seus comportamentos antrópicos para que possam ser reavaliados, partindo da conscientização de uma relação harmoniosa com a economia voltada para a sustentabilidade. Nesse seguimento:

Falando-se em esclarecimento, o que se deseja com a educação é que, ao final, cada sujeito aprenda conhecimentos científicos e utilize esses saberes teóricos para compreender os problemas ambientais e a forma como a sociedade contribui para esses problemas e, simultaneamente, agir com o objetivo de exercer uma cidadania ativa e responsável no sentido de os resolver, tendo em atenção a interação que existe entre as dimensões ambiental, social e econômica (Barreto, 2018, p.2).

Barreto (2018) diz ainda que em 1975, no Colóquio sobre Educação Ambiental em Belgrado, a “Carta de Belgrado” prioriza a Educação Ambiental e insinua a necessidade de mudança no estilo de vida vivenciado pelo desenvolvimento econômico, assim como questões ambientais globais, realçando a necessidade de macro mudanças no sentido de novos estilos de desenvolvimento. De acordo com Araujo (2017):

No momento em que o sistema econômico criado pelo ser humano não é mais compatível com o sistema ecológico que a natureza oferece, existe a necessidade de uma nova adaptação das relações entre o Homem e a Natureza. Surge desta maneira a proposta da avaliação econômica do meio ambiente, que não tem como objetivo dar um “preço” a certo tipo de meio ambiente e sim mostrar o valor econômico que o meio ambiente pode oferecer e o prejuízo irreversível que pode haver caso seja destruído (Araujo, 2017, p. 84).

Mas nem tudo é como deveria ser, o que nos remete a acreditar na existência de um paradoxo. Cortina (2005) argumenta ser difícil, para não dizer impossível, proteger o meio ambiente sem o uso de instrumentos econômicos. Para Corrêa (2018), ensina-se energia sustentável, mas as lâmpadas e o sistema de fontes de energia que chega à sala e no prédio onde se ensina não consideram nada de tais ensinamentos.

Ainda, segundo o autor:

Ensina-se sobre mobilidade urbana e apresenta-se a legislação sobre acessibilidade urbana, em sala de aula, nas ementas e referências bibliográficas, mas não observamos políticas, práticas e exemplos em nosso contexto de educação superior, mesmo em cursos que avançam a pauta da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e incorporam a educação ambiental de forma transversal no projeto pedagógico e currículo (Corrêa, 2018, p. 95),

Neste contexto, Corrêa (2018) aborda que quando refletimos sobre educação superior e como incorporar a agenda de educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, com as diversas interpretações e apropriações nos projetos pedagógicos, currículos, ementas dos componentes curriculares, nos documentos institucionais, nas falas do cotidiano, na formação docente e nos conteúdos e práticas de ensino-aprendizagem, fica a sensação de que ainda não se tem uma maturidade de diálogo suficiente para entendermos, de forma combinada, tais temas.

Assim, cenários econômicos concretizados numa cultura consumista global, efetivada ao longo dos anos nos leva a indagar de fato qual seria o modelo econômico a ser adotado e de que forma a educação ambiental pode proporcionar um equilíbrio entre as ações antrópicas causadas pelo ecodesenvolvimento e o meio ambiente natural. Palma (2005) reforça esta ideia afirmando que as pessoas nesse contexto são chamadas para repensar, reprojeter e reestruturar os seus valores, não sendo mais dadas soluções prontas, mas sim instrumentos (através da educação) para que cada um faça a sua parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se tem mais dúvidas que as questões ambientais impactadas pelos seres humanos são oriundas de diversas circunstâncias, em especial pelo avanço econômico, as quais estão cada vez mais visíveis para a sociedade. Assim, vale lembrar que os recursos naturais são finitos e estão se esgotando rapidamente, e medidas contundentes devem ser implantadas com mais rapidez e rigor. Estas ações antrópicas extrapolaram seus limites locais, se tornando uma preocupação global. Deste modo, no presente estudo, ficou elucidado que a educação ambiental contribui significativamente

para o desenvolvimento econômico ecologicamente correto, assim como para a conservação do meio ambiente.

Portanto, a íntima relação entre a educação ambiental e o desenvolvimento econômico proporciona uma nova visão integradora, devendo ser olhado não como uma alternativa, mas sim, como uma prioridade para minimizar os impactos e ao mesmo tempo que possa promover a economia. Para isso ocorrer, se faz necessário trabalhar com a educação ambiental voltada para o ecodesenvolvimento, conscientizando as pessoas e que, além disso, não esperem exclusivamente pelo Estado ou por empresas privadas, mas possam fazer seu papel fiscalizando e denunciando ações ilegais. Desta forma, as empresas devem ter a iniciativa de promover estudos, palestras, eventos que transformarão a consciência coletiva a se tornarem menos antropocêntrica e assim reorientar seus colaboradores no caminho da reflexão crítica, trazendo práticas e ações verdadeiramente eficazes.

Desta forma, convém frisar que a implantação da educação ambiental para mitigar os efeitos danosos causados por ações antrópicas, promove um ecodesenvolvimento contundente e com efetividade. Para tanto, torna-se necessária a participação de políticas públicas e privadas pertinentes, consistentes e contínuas. Porém, vale lembrar que muitas destas políticas ainda possuem ações que se encontram em um estágio obscuro e de difícil reversão. Portanto, é imprescindível que o homem deva ser visto como um ser indissociável da natureza, dependente dela, o que de fato, verdadeiramente somos. Neste contexto, é preciso convertê-lo em um agente transformador, não se limitando apenas em práticas domésticas ecológicas ou apenas dentro das áreas educacionais.

REFERÊNCIAS

Araújo, K. K. S. de; Barroso, C. M. R.; Souza, É. J. C. de. Os Paradigmas da Sustentabilidade: Entre o Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável. Revista Contexto Geográfico, Maceió-AL, v. 2. n.3, Julho/2017, p. 76 – 85. DOI: <https://doi.org/10.28998/contegeo.v2i3.6135>

Barral, W.. Metodologia da Pesquisa Jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. 210 p.

Barreto, L. M.; Vilaça, M. T. M. Controvérsias e consensos em educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável. Research, Society and Development, vol. 7, núm. 5, 2018. Universidade Federal de Itajubá, Brasil. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560659012009>. DOI:
<https://doi.org/10.17648/rsd-v7i5.223>

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde. Brasília, DF, 1997. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>.

Capra, F. As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável. 3ª Edição. São Paulo: Editorial Cultrix, 2003.

Cortina, A. Cidadãos do mundo: uma teoria sobre a cidadania. (S. C. Leite, Trad.) São Paulo: Loyola, 2005.

Corrêa, M. M.; Ashley, P. A. Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Reflexões para ensino de graduação. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, v. 35, n. 1, p. 92-111, jan./abr. 2018. E-ISSN 1517-1256. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v35i1.7417>

Fagundes, J. P.; Fagundes, L. Z. O Desenvolvimento Local e a Economia Sustentável: Estudo De Caso De Uma Cooperativa. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019. ISSN: 2447-4622. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cienagro/wp-content/uploads/2018/10/O-Desenvolvimento-Local-e-a-Economia-Sustent%C3%A1vel.pdf>

Freitas, M. Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Sugestões para a sua Implementação no Âmbito da Década das Nações Unidas. Departamento de Metodologias de Educação, Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2005. Disponível em:
<https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/VIIIcongreso/pdfs/186.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

Gil, A. C. O projeto de pesquisa fenomenológica. Anais do IV Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. IV SIPEQ, Rio Claro: 2010. Disponível em:
<https://arquivo.sepq.org.br/IV-SIPEQ/Anais/artigos/44.pdf>

Gomes, A. M.; Souza, C. M. M.; Braun, S.; Tabosa, A. P. Novos talentos FURB: Educação para o ecodesenvolvimento e os projetos de ação territorial. UNISC. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. In: VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

Gomes, A. M.; Souza, C. M. M.; Tabosa, A. P. Ecodesenvolvimento como resposta a uma crise multidimensional. In: Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, 1., 2015, Matinhos, PR. Anais... Matinhos: UFPR Litoral, 2015, b. Disponível em: <http://www.ppgdts.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/02/EBOOK-Simposio.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

Jacomel, F., *et al.* Programa Novos Talentos UFSC: dilemas na formação de educadores para o ecodesenvolvimento – um balanço das experiências do núcleo

transdisciplinar de meio ambiente e desenvolvimento (NMD) do litoral catarinense. In: Souza, C. M. M. et al. (Org.). Novos talentos: processos de educação para o ecodesenvolvimento. Blumenau, SC: Nova Letra, 2016. p. 83-104.

Lopes, A. E.; Rocha, A. C. T.; Lima, A. O.; Antunes, D. A.; Ferrão, E. M. G.; Oliveira Júnior, A. F. de. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: a trajetória de conflitos e desafios para o meio ambiente. 2017. ForScience, 5(2).
<https://doi.org/10.29069/forscience.2017v5n2.e314>

Marques, G.; Amendoeira, J. A Fenomenologia Interpretativa como Método para a Compreensão da Existência depois dos 80 anos. Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém. Vol. 8, n. 1, p 138-151, 2020. ISBN: 2182-9608. DOI: <https://doi.org/10.25746/ruiips.v8.i1.19885>

Minayo, M. C. S. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Montibeller Filho, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. Revista Textos de Economia. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645>.

Palma, I. R. Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7708>.

Sachs, I. Ambiente e estilos de desenvolvimento. In: Sachs, I.; Vieira, P. F. (Org.) Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do ecodesenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007 p. 54-76.

Santos, D.; Souza, C. M. M. Educação para o Ecodesenvolvimento no Ensino Básico sob a Perspectiva da Ecossocioeconomia. Revista FAEEBA – Ed. E Contemp., Salvador, v. 27, n. 52, p. 72-88, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432018000200072&lng=pt&nrm=iso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Educação para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/education-sustainable-development>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do plano internacional de implementação. Brasília: Unesco, Orealc, 2005.